JAIME CORTESÃO

OBRAS COMPLETAS 11

História do Brasil nos Velhos Mapas

Tomo II

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA

LISBOA

2009

Título: História do Brasil nos Velhos Mapas
Tomo II

Autor: Jaime Cortesão

Edição: Imprensa Nacional-Casa da Moeda

Concepção gráfica: DED/INCM

Revisão do texto: Miguel Antunes Pereira

Tiragem: 1000 exemplares

Data de impressão: Junho de 2009

ISBN: 978-972-27-1796-0

Depósito legal: 288 716/09

ÍNDICE

(VOLUME XI — TOMO II)

Esclarecimento 15

I PARTE

A economia do açúcar e a conquista holandesa

I — A cartografia do açúcar nos atlas portugueses 19
II — A cartografia holandesa do Brasil no século XVII; a carta de Marcgraf (1647) e a cartografia dos currais 31
III — O Brasil nas gravuras holandesas do século XVII 43

Lista de algumas das gravuras mais importantes de tema brasileiro 48

II PARTE

Os atlas dos Teixeiras e o seu significado histórico

I — Os atlas da «Razão do Estado» (1613-c. 1626) e a descrição das costas do Brasil (1627) 59
II — Os atlas hidrográficos de João Teixeira (1630) 67
III — O atlas «Estado do Brasil» de João Teixeira Albernaz (1631) 81
IV — Os atlas do Brasil de João Teixeira (1640) 87
V — O atlas do Brasil de João Teixeira Albernaz (1666) 97

III PARTE

Os bandeirantes paulistas e os jesuítas

I — Geopolítica das missões do Paraguai e das bandeiras paulistas 103
II — As bandeiras de António Raposo Tavares (1627-1651) 123
III — As bandeiras e a sua cartografia 145
IV — A colónia do Sacramento e as cartas dos Teixeiras 149

IV PARTE

A unificação geográfica e a sanção diplomática

I — Antecedentes do Tratado de Madrid 163

Renascimento da cultura geográfica e cartográfica em Portugal 176
A missão dos «padres matemáticos» 205
Cartografia de índios, de bandeirantes e sertanistas 231
Mapas dos P.es Diogo Soares e Domingos Capacci 243

II — Alexandre de Gusmão e o Tratado de Limites 251

Mapa das comunicações entre o Prata e o Amazonas, de Francisco Tosi Colombina (1751) 279
Carta hidrográfica das origens do Madeira e do Paraguai, de José Gonçalves da Fonseca (1750) 287

III — A cartografia dos limites de 1750 e as partidas do Sul 291

A cartografia das partidas do Sul 296
Lista de trabalhos cartográficos de Miguel António Ciera (1754-1772) 301
Lista de trabalhos cartográficos de José Custódio de Sá e Faria (1752-1779) 307
A cartografia das partidas do Norte 311

IV — Os Tratados do Pardo de 1761 e o de Santo Ildefonso de 1777 319

Os novos limites. A cartografia das partidas do Sul 319
Atlas e cartas dos demarcadores das partidas do Sul para o Tratado de Santo Ildefonso 327
A cartografia das partidas do Norte 333
Lista de cartas das partidas do Norte 342
Cartas várias do século XVIII 362

V — O «espírito de fronteira» e a independência do Brasil 381

Principais cartógrafos do século XVIII e começos do seguinte 381
Um precursor brasileiro das cartas de ventos e correntes *(pilots charts)* 388
Mapas de José Fernandes Portugal 391
O Arquivo Militar do Rio de Janeiro e a «Corografia Brasílica» 397

V PARTE

O Brasil independente e os problemas de fronteiras à luz da cartografia antiga

I — Os legados do Brasil-colónia e os precursores do barão do Rio Branco 403

II — A «Carta Geral do Império do Brasil» de 1875 e a contribuição do barão da Ponte Ribeiro 413
III — Rio Branco e a questão do território de Palmas 427
IV — O «Mapa das Cortes» como base dos direitos brasileiros; a ciência geográfica de D'Anville e de Gusmão 431

Apêndice documental 443

V — Rio Branco, Rui Barbosa e o Tratado de Petrópolis 451

ÍNDICE

(VOLUME XI — TOMO I)

APRESENTAÇÃO 13

HISTÓRIA DO BRASIL
NOS VELHOS MAPAS

PREFÁCIO 21

I Parte — A terra e o homem 25

I — Fundamentos geográficos do Estado brasileiro 27
II — Fundamentos pré-históricos: o aborígene nas suas relações com a terra 45
III — O português e a formação territorial e política do Brasil 73

II Parte — As grandes escolas cartográficas do Ocidente 107
III Parte — O descobrimento e o mito da Ilha-Brasil 145

I — O Tratado de Tordesilhas e a sua expressão cartográfica 147

Apêndice documental 201

II — O descobrimento dos litorais e os primeiros mapas do Brasil 215

O mapa de Ferrer e o planisfério de Cantino 215
O planisfério de Hamy 262
O planisfério de Caverio 274
O planisfério de Vesconte de Maggiolo (1504) 306
Mapas de Marini (1512) e Barbolan (1514) 308
Carta do Brasil de Lopo Homem (1519) e Kunstmann IV (1519) 323
As cartas de Diogo Ribeiro (1525-1529) e a de Gaspar Viegas (1534) e a sua influência na cartografia espanhola e francesa 360
O meridiano de Tordesilhas nos mapas de Lopez de Velasco (1574) 371

IV Parte — Realização geográfica e expansão do mito 375

I — O mito da Ilha-Brasil e a integração territorial do Estado 377

Cartografia da Ilha-Brasil 380
As origens indígenas e a literatura geográfica 387
O mapa de Bartolomeu Velho (1561) 399

II — As primeiras bandeiras à busca dos limites insulares 403

As expedições de Aleixo Garcia e António Rodrigues nas suas relações com o mapa de Bartolomeu Velho 405
As expedições de Bruzza de Espinosa, de Braz Cubas e Jerónimo Leitão, nos mapas de Bartolomeu Velho e Luís Teixeira 410
O primeiro atlas do Brasil. Atlas-roteiro de Luiz Teixeira (c. 1574) 417
As expedições de Gabriel Soares de Sousa e André Fernandes à busca da lagoa Eupana 426

III — Descobrimento e ocupação do vale amazónico 437

A cartografia amazónica durante o século XVII 449
Apêndice documental 458

Nota — O presente volume foi entregue pelo Prof. Jaime Cortesão ao Instituto Rio Branco, antes do seu regresso definitivo a Portugal. No decorrer dos trabalhos, extraviaram-se várias das ilustrações que acompanhavam o texto. Graças à valiosa cooperação da Sr.ª Isa Adonias, chefe da Mapoteca do Itamaraty, foi possível recompor na sua quase totalidade os mapas e desenhos, mediante os recursos do próprio acervo daquela secção, que conserva muitos espécimes reconstituídos sob a orientação do Prof. Cortesão.

História do Brasil nos Velhos Mapas

TOMO II

ESCLARECIMENTO

Há já algum tempo que foram entregues ao Instituto Rio Branco os originais deste livro. Agora que se vai publicar o seu segundo tomo, não seria temerário presumir que, tendo em vista o transcurso do tempo, o próprio Professor Jaime Cortesão, se vivesse, teria gostado de reler o seu trabalho e, se fosse o caso, anotá-lo.

Privado de seu conselho pessoal, o Instituto Rio Branco achou que estaria, porventura, correspondendo aos seus desejos se confiasse a leitura das provas do livro, como em boa hora o fez, ao zelo da chefe da Mapoteca do Itamaraty, D. Isa Adonias, cuja competência e cuja experiência nos domínios da geografia e da cartografia indicavam-na naturalmente para tarefa de tal porte.

Não é sem interesse lembrar que D. Isa palmilharia terreno que conhece bem, pois, conforme se lê em nota ao primeiro tomo deste livro, coube-lhe o grave encargo de recompor, com a ajuda de elementos de sua própria repartição, muitos dos desenhos e mapas que hoje acompanham esta obra e que se haviam perdido.

As eruditas notas que ela julgou a propósito apor a alguns tópicos deste segundo tomo da *História do Brasil nos Velhos Mapas* relacionam-se intimamente com o texto do Professor Cortesão e guardam o respeito que nos inspira a todos a obra do historiador ilustre, hoje tão gratamente lembrado em Portugal e no Brasil.

A economia do açúcar e a conquista holandesa

I

A cartografia do açúcar nos atlas portugueses

De há muito sustentamos que o Brasil, como Estado de economia açucareira, foi para Portugal, durante os sessenta anos de domínio filipino, uma fonte de regeneração económica e moral, de riquezas e de estímulo, que contribuiu como factor decisivo para a restauração, em 1640, da sua independência política.

À maneira do que sucedera nos arquipélagos atlânticos, Portugal desdobrara-se, ou melhor, multiplicara-se em novas províncias. Tendo lançado ele próprio o comércio do açúcar da Madeira em toda a Europa, cujo gosto educara, incrementara por tal forma a sua produção no Brasil que esse produto acabou por bater as demais especiarias vindas do Oriente e substituí-las como «o mais importante artigo do tráfico marítimo internacional», conforme em 1648 o qualificava Barleus.

Se ao comércio do açúcar juntarmos o do pau-brasil, que até aí vinha igualmente do Oriente, logo seguido das especiarias e drogas do vale amazónico, bem podemos concluir que Portugal formou no Brasil, durante o período filipino, um substituto do tráfico oriental. Mas, neste caso, com enormes vantagens. Fabricava-se não só o produto, mas criavam-se as fontes e os organismos produtores. Construía-se desde os alicerces, em núcleos humanos, em portos marítimos, em modo específico de produção, um novo e imenso empório comercial. E, enquanto os portos de Malabar estavam a seis meses de viagem de Lisboa, Pernambuco ficava a um mês e os demais portos brasileiros a pouco mais. Além disso, a orientação e natureza dos portos brasileiros permitiam voltar aqui à velha cabotagem das caravelas, tão própria dos lusitanos.

Até ao fim da dinastia de Avis, em 1580, o império português fora quase que exclusivamente oriental e índico; em 1640, com a sua derrocada e com o termo do domínio filipino, tornara-se ocidental e

atlântico. Deslocavam-se os pólos do comércio, Portugal criara uma Índia portuguesa. Uma Índia atlântica e de ao pé da porta. Uma Índia açucareira, cujo produto principal ia substituir, com enorme benefício da Europa, nas exigências e volume do tráfico, as antigas especiarias orientais.

E como a economia desta nova Índia assentava na indústria sacarina, e esta na mão-de-obra africana, o Brasil solicitara a fundação ou permanência duma série de estabelecimentos ao longo da costa da Guiné, desde o Senegal ao Gabão e daí até Benguela, incluindo os arquipélagos, escalas e estações experimentais de Cabo Verde, São Tomé e Príncipe.

A formação desse mundo ocidental e atlântico foi, segundo cremos, a reacção mais viril e espontânea da nação contra o domínio filipino, o qual tão poderosamente concorrera para apressar a queda do império português do Oriente. E o Brasil, a maior e mais original criação da grei, porque lhe saiu das entranhas, feito com sangue e sofrimento, e à sua semelhança, para substituir o mundo oriental.

Escrevemos em tempo: «Uma das conclusões, a nosso ver, de maior alcance, feitas por Roberto Simonsen, na sua *História Económica do Brasil*, é de que o valor das exportações do açúcar durante os séculos XVI e XVII foi de 300 milhões de libras, ao passo que o ciclo da mineração (ouro e diamantes) atingiu apenas 170 milhões. Cotejando no pormenor os números fornecidos por aquele historiador, pode calcular-se, sem exagero, em 100 milhões de libras esterlinas o valor da exportação do açúcar, durante o período filipino. Sabido quanto o ciclo do ouro e dos diamantes influiu no ressurgimento pombalino, e, antes disso, no esplendor do reinado de D. João V, pode avaliar-se a importância enorme que o tráfico do açúcar terá assumido no rejuvenescimento da economia portuguesa. E, se o ciclo da mineração produziu em menos tempo mais riqueza, o do açúcar, de base mais sólida, interessava, em compensação, muito mais do que ao Estado, a uma percentagem infinitamente maior da população do reino.» [1]

---

[1] Isto escrevíamos nós em 1940, num ensaio com o título de *A Geografia e a Economia da Restauração*, publicado conjuntamente com a *Teoria Geral dos Descobrimentos*, ed. da Seara Nova, Lisboa. Hoje, e após demoradas pesquisas sobre o ciclo do ouro e dos diamantes, entendemos que o cálculo de Roberto Simonsen peca por diminuto. A nosso ver a produção daquele ciclo, durante o período colonial, deverá numerar-se, quando menos, pelos 220 milhões. Veja-se o que escrevemos no capítulo «O rei e o reinado do ouro», em *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, parte I, tomo I, Rio de Janeiro, 1952, pp. 44-67. Seja como for, as conclusões são as mesmas.